

ADSE

Conquista dos trabalhadores

Nos últimos dias têm sido levantadas na comunicação social várias questões sobre a Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE) e a sua relação com o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e o setor privado, que merecem os seguintes esclarecimentos.

1. Quebra de consultas na SNS

A diminuição dos utentes do SNS (quebra no número de consultas) deve-se sobretudo ao aumento - em média, em 100% - das taxas moderadoras, decretado por este governo. Este brutal aumento está a impedir que dezenas de milhares de pensionistas e de trabalhadores possam ter acesso a cuidados de saúde.

A ADSE não é um serviço de saúde concorrente do SNS, mas sim um serviço que lhe é complementar.

2. Utilização dos serviços de saúde

Os trabalhadores e aposentados da Administração Pública utilizam genericamente o SNS. Mas note-se que, quando não o utilizam, este serviço não só não suporta o respetivo custo, como também diminui a carga de serviços que sobre ele impende, o que liberta meios para poder prestar mais serviços aos restantes portugueses.

Vejamos este exemplo: há milhares de portugueses sem médico de família; assim, se os trabalhadores e aposentados da Administração Pública e todos os seus familiares (actualmente mais de 1.300.000) recorressem ao SNS, certamente que o número de portugueses sem médico aumentaria muito mais. Ora, se se extinguisse a ADSE, o governo não iria certamente aumentar as transferências do OE para o SNS. Por isso, a passagem de todos os beneficiários da ADSE para o SNS iria aumentar ainda mais a degradação e as dificuldades financeiras deste serviço.

3. Financiamento

Em 2011, o financiamento da ADSE por parte do Orçamento do Estado foi apenas de 35 milhões de euros – e, de acordo com o Memorando entre o FMI/BCE/CE e o PS/PSD/CDS, será brevemente reduzido a zero.

Os Trabalhadores e os aposentados da Administração Pública, para além de contribuírem para o financiamento do SNS com os impostos que pagam, tal como todos os portugueses - além disso, o governo rouba-lhes os subsídios de férias e de Natal - têm ainda de descontar 1,5% das suas remunerações para a ADSE.

Também em 2011 e segundo o Plano de Actividades da ADSE, os descontos feitos aos trabalhadores e aposentados deram à ADSE uma receita correspondente a 190 milhões de euros.

Por outro lado, realça-se a forma como o governo tem apadrinhado e financiado os serviços de saúde privados, designadamente os hospitais privados, através de protocolos negociados com a ADSE.

4. Custos

O custo do serviço de saúde dos funcionários públicos e dos seus familiares através da ADSE não é certamente superior ao que o Estado teria de suportar se o mesmo serviço fosse feito pelo SNS.

Em primeiro lugar, porque uma parcela deste custo é suportado pelos próprios beneficiários, com os descontos que são feitos nas suas remunerações e pensões, o que não aconteceria se estivessem apenas no SNS.

Em segundo lugar, porque a comparticipação da ADSE financiada pelo Estado tem em conta não apenas a contribuição das entidades empregadoras públicas (apenas 2% sobre as remunerações) mas também o custo de igual serviço prestado pelo SNS, não sendo certamente superior; e o trabalhador, para além do desconto de 1,5% nas suas remunerações, ainda paga tudo o que exceda a comparticipação da ADSE - e o preço de uma consulta nos privados, apesar de variável e quase sempre bastante elevado.

A ADSE existe desde 1963 e é um direito conquistado pelos trabalhadores da Administração Pública.

Extinguir a ADSE, como pretende a “troika” e o governo, só pode ser interpretado como mais um ataque aos direitos e aos interesses dos trabalhadores da Administração Pública, que têm sido atacados ferozmente pelos últimos governos.

Daí, que não desliguemos a ação e os objetivos do governo do súbito interesse mediático por este assunto - sempre sem ouvir, ou então escamoteando, as posições defendidas pelos trabalhadores e os seus sindicatos representativos.

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública coloca-se à disposição dos órgãos de comunicação social para prestar todos os esclarecimentos sobre esta matéria, para que a opinião pública possa ter acesso a toda a informação e não apenas a versões destinadas a fundamentar mais ataques aos direitos dos trabalhadores.

A Comunicação Social não pode alhear-se dos princípios básicos que uma informação pluralista e isenta exige, sendo para isso imprescindível ouvir entidades com posições diferentes da “versão única governamental”.

Os trabalhadores da Administração Pública lutarão pela defesa da ADSE, que tem sido um travão a uma maior degradação, designadamente financeira, do imprescindível Serviço Nacional de Saúde.

FCSAP